

Como Funciona a Medida Protetiva de Urgência na Lei Maria da Penha?

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 17/09/2026



Medida protetiva de urgência funciona como uma decisão judicial rápida que garante a segurança imediata da vítima de violência doméstica, determinando restrições ao agressor para evitar novos abusos.

Já se perguntou como a **medida protetiva de urgência funciona** na prática? Ela é uma ferramenta crucial para proteger quem está em situação de risco, acelerando a atuação da justiça para garantir segurança e impedir abusos.

O que é medida protetiva de urgência e quando é aplicada

A **medida protetiva de urgência** é um recurso legal previsto na Lei Maria da Penha para garantir proteção imediata às pessoas em situação de violência doméstica. Ela pode ser aplicada sempre que há risco iminente à integridade física, psicológica ou emocional da vítima.

Essas medidas são solicitadas pela própria vítima, pelo Ministério Público ou pela autoridade policial, e o juiz deve analisá-las rapidamente para emitir uma decisão que proteja efetivamente a pessoa interessada.

Entre as situações que mais pedem a aplicação da medida estão ameaças, agressões físicas ou psicológicas, e situações onde há risco de novo abuso ou perseguição.

Principais características da medida protetiva

- **Rápida aplicação:** o juiz tem até 48 horas para definir a concessão da medida;
- **Variadas formas de proteção:** afastamento do agressor do domicílio, proibição de contato, restrição de aproximação;
- **Facilidade de acesso:** a medida pode ser pedida em delegacias, no Ministério Público ou diretamente no fórum;
- **Prioridade na análise:** o processo corre com urgência para garantir proteção imediata.

Por sua urgência, essas medidas são fundamentais para evitar novos riscos e garantir que a vítima se sinta segura enquanto corre o processo judicial.

Procedimentos legais para solicitar uma medida protetiva

Para solicitar uma **medida protetiva de urgência**, a vítima deve procurar uma delegacia especializada em atendimento à mulher, o Ministério Público ou um advogado. Em casos de emergência, é possível realizar o pedido diretamente à autoridade policial.

Ao registrar a denúncia, a vítima relata os fatos e formaliza o pedido de proteção. O delegado, então, encaminha o pedido ao juiz com urgência, para análise e decisão rápida.

Trâmites do processo

- **Recepção do pedido:** pode ser feita pela polícia,

Ministério Público ou diretamente no fórum;

- **Encaminhamento ao juiz:** o pedido é enviado para avaliação com prioridade;
- **Decisão judicial:** o juiz tem até 48 horas para conceder ou negar a medida;
- **Notificação:** o agressor é informado sobre a medida e suas obrigações;
- **Fiscalização e cumprimento:** órgãos como a polícia acompanham o cumprimento da ordem.

É importante que a vítima forneça o máximo de informações possíveis, como provas e testemunhas, para reforçar o pedido. O processo é protegido, e a vítima tem direito a sigilo para evitar exposição ou retaliação.

Principais tipos de medidas previstas na lei maria da penha



A Lei Maria da Penha prevê diversos tipos de medidas

protetivas para garantir a segurança da vítima e prevenir novos abusos. Essas medidas buscam atuar de forma rápida e eficaz, adaptando-se às necessidades de cada situação.

Algumas das principais medidas são:

- **Afastamento do agressor** do lar ou local de convivência com a vítima;
- **Proibição de contato** com a vítima, seja por ligação, mensagem, redes sociais ou qualquer outro meio;
- **Restrição de aproximação** em determinados locais, como escola, trabalho ou residência;
- **Suspensão do porte de armas** do agressor para evitar o uso de violência;
- **Comparecimento obrigatório** a programas de recuperação ou tratamento psicológico;
- **Proibição de frequentar determinados lugares** para garantir o afastamento físico;
- **Medidas que visam proteger os filhos** ou dependentes da vítima, evitando contato do agressor com eles.

Essas medidas são **flexíveis** e podem ser ajustadas conforme o caso específico. A intenção é proteger a integridade da vítima e prevenir que o agressor cometa novos atos de violência.

O papel da polícia e do judiciário na efetivação da medida

O **papel da polícia** é essencial para garantir que a medida protetiva seja cumprida imediatamente. Ao receber a denúncia, a polícia deve agir com rapidez para proteger a vítima, podendo até prender o agressor em flagrante, caso haja risco iminente.

Além disso, a polícia tem a função de monitorar o cumprimento das medidas, como o afastamento do agressor e a proibição de contato, atuando em casos de descumprimento com ações

imediatas.

Atuação do judiciário

O **judiciário** é responsável por analisar os pedidos de medida protetiva com prioridade e decidir sobre sua concessão em até 48 horas. É o juiz quem determina quais medidas são aplicáveis em cada caso, com base nas provas e na avaliação do risco.

Após a decisão, o judiciário acompanha o processo e pode ampliar as medidas, determinar punições ou revogar a proteção caso as circunstâncias mudem.

A colaboração entre polícia e justiça é fundamental para oferecer uma rede de proteção eficiente, que não deixe brechas para que a violência continue.

Impactos e limitações da medida protetiva para a vítima

A **medida protetiva** oferece segurança e apoio imediato para a vítima, reduzindo o risco de violência e promovendo um ambiente mais seguro. Ela pode ajudar na recuperação emocional e garantir que a vítima tenha mais confiança para buscar justiça.

Por outro lado, é importante entender algumas limitações. A eficácia da medida depende da fiscalização rigorosa e da colaboração das autoridades. Em alguns casos, o agressor pode tentar descumprir a ordem, o que exige uma atuação rápida da polícia.

Desafios enfrentados pela vítima

- **Medo e ansiedade:** mesmo com a proteção, a vítima pode sentir insegurança ou temor de retaliação;
- **Dependência emocional ou financeira:** pode dificultar a decisão de manter a medida ou romper definitivamente o

relacionamento;

- **Demora no processo judicial:** às vezes a justiça pode levar tempo para agir completamente, o que prejudica a sensação de proteção;
- **Falta de apoio familiar ou social:** isolamento pode dificultar a busca por ajuda e a permanência segura;
- **Limitações legais:** a medida protetiva não elimina automaticamente o agressor da vida da vítima, mas busca minimizar riscos.

Para aumentar a eficácia da medida, é essencial que a vítima tenha uma rede de apoio, como familiares, amigos e órgãos especializados, além de acompanhamento psicológico e jurídico.

Considerações finais sobre a medida protetiva de urgência

A medida protetiva de urgência é uma ferramenta essencial para garantir a segurança e o bem-estar das vítimas de violência doméstica.

Ela oferece uma proteção rápida e efetiva, mas seu sucesso depende da colaboração entre as autoridades e o apoio da sociedade.

Entender os benefícios e limitações ajuda a vítima a buscar a melhor forma de proteção e manter sua integridade física e emocional.

Procure sempre orientação especializada para garantir seus direitos e segurança.

FAQ – Perguntas frequentes sobre medida protetiva de urgência na Lei

Maria da Penha

O que é uma medida protetiva de urgência?

É uma proteção legal rápida para vítimas de violência doméstica, garantindo sua segurança imediata contra novos abusos.

Quem pode solicitar a medida protetiva de urgência?

A vítima, o Ministério Público ou a autoridade policial podem solicitar a medida em casos de risco iminente.

Quais são os tipos mais comuns de medidas protetivas?

Entre as principais estão o afastamento do agressor, proibição de contato e restrição de aproximação em determinados locais.

Qual o papel da polícia na efetivação da medida protetiva?

A polícia atua para garantir o cumprimento imediato da medida, monitorando e agindo diante de descumprimentos.

Quanto tempo o judiciário leva para analisar o pedido?

O juiz deve decidir sobre a medida protetiva em até 48 horas após o pedido.

Existem limitações na medida protetiva que a vítima deve saber?

Sim, a medida depende da fiscalização e cooperação das autoridades, e pode não eliminar completamente os riscos,

sendo importante o apoio social e psicológico.

[Fale com um especialista](#)